

TER\_Miriam Leitão \_QUA\_Zeina Latif \_QUI\_Miriam Leitão \_SEX\_Rogério Furquim Werneck (quinzenal) \_Fábio Giambiagi (quinzenal) \_SÁB\_Carlos Góes (quinzenal) \_Claudio Ferraz (mensal) \_Vilma Pinto (mensal) \_DOM\_Miriam Leitão

## ROGÉRIO FURQUIM WERNECK



oglobo.com.br/economia  
economia@oglobo.com.br



### Sob proteção do Centrão

O que terá levado Jair Bolsonaro a dobrar a aposta que já fizera no Centrão? Levá-lo algum tempo até que os múltiplos determinantes desse jogo tão pesado sejam entendidos em toda sua complexidade. Mas a razão primordial já salta aos olhos: o pânico do presidente com a possibilidade de ser levado a impeachment por seus desmandos no enfrentamento da pandemia.

É bem verdade que a disponibilidade de vacinas vem permitindo, afinal, vislumbrar o fim da pandemia. Mas, por aqui, o quadro se afigura bem mais complicado que em pa-

íses mais afortunados. Na esteira da “segunda onda”, do surgimento de novas cepas do vírus e da gritante ineficácia das ações do governo na Saúde, o Brasil parece fadado a continuar enredado no combate à Covid-19 por muitos meses mais.

Em artigo recente, intitulado “O tsunami que se aproxima”, o renomado biólogo Fernando Reinach não poderia ter sido mais contundente: “Desculpem o pessimismo, mas é melhor apertar os cintos e nos prepararmos para o pior” (Estado, 30/1). A conta de quase 230 mil mortes parece estar longe do fim.

Tudo indica que as cenas macabras de Manaus fizeram soar o alarme definitivo no Planalto. Bolsonaro, afinal, se deu conta de como um novo e sério agravamento da pandemia poderá lhe ser desastroso. Percebeu, enfim, a real extensão de sua vulnerabilidade ao crescendo de indignação da opinião pública que tal cenário traria, tendo em vista a acintosa consequência com que se permitiu lidar com a pandemia desde seu início.

Por não dispor de mecanismos de correção de erros e pela própria personalidade peculiar do presidente, o governo recusa-se a reconhecer seus equívocos no combate à Covid-19. O que se teme, no Planalto, é que o reconhecimento de tais equívocos, com

imediate demissão do ministro da Saúde, dê força redobrada às alegações de que os descertos de Bolsonaro nessa área já seriam razão mais do que suficiente para justificar seu impeachment.

Estalado nessa situação, o Planalto decidiu partir para nova fuga para frente. Dobrou a aposta que já fizera, em maio do ano passado, quando negociou, às pressas, com o que havia de pior no Centrão, a montagem de uma coalizão governista na Câmara que, pelo menos, lhe assegurasse os votos necessários para bloquear o avanço de um impeachment na Casa.

A ideia, agora, foi comprar do Centrão um novo seguro contra impeachment, bem mais caro que o anterior, que efetivamente garantia a “blindagem” do presidente, mesmo nos cenários mais adversos de evolução da pandemia.

Não se trata propriamente de uma adesão tardia de Bolsonaro ao presidencialismo de coalizão, mas da contratação de uma guarda pretoriana supostamente mais confiável do que a que já fora contratada em maio. O Centrão pode dificultar o impeachment, mas não dará

maioria ao governo para aprovar o que queira no Congresso.

A proteção, claro, não saiu barata. E deverá ficar mais cara a cada dia. Bolsonaro terá, agora, de arcar com os custos de cumprir o contratado e, de fato, trazer o Centrão para dentro do governo. Um caminho sem volta. E o que se espera é que ministérios inteiros sejam entregues de “porteira fechada”. Arranjos desse tipo envolvem riscos que poderão se mostrar proibitivos, tendo em conta as vulnerabilidades com que o presidente e seu entorno já vêm tendo de lidar.

São, sabidamente, políticos com arraigada propensão a extrair benesses do Estado, às custas do Tesouro, para atendimento dos interesses que representam. Em que medida a voraz “agenda extrativa” do Centrão conflitará com a agenda de Paulo Guedes? Vulnerável como está, o presidente se verá com pouca margem de manobra para endurecer o jogo com o Centrão, caso isso se faça necessário. Já não tem como se expor ao risco de retaliação. Tornou-se refém de seus supostos aliados.

O pior é que, se a epidemia de fato se agravar tanto como se teme, a recuperação da economia for comprometida e a proteção a Bolsonaro ficar pouco promissora, o Centrão não hesitará em abandoná-lo à própria sorte. Até as pedras sabem.

# Guedes admite recriar auxílio emergencial, com ajuste nas contas

### Novos presidentes da Câmara e do Senado estabelecem cronograma e preveem aprovar reforma tributária em 8 meses

JULIA LINDNER  
E MANOEL VENTURA  
economia@oglobo.com.br  
BRASILIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu ontem recriar o auxílio emergencial, desde que isso seja feito “dentro de um novo marco fiscal”, com medidas de ajuste nas contas públicas. Após se reunir com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Guedes disse que metade dos beneficiários do auxílio no ano passado já está no Bolsa Família. Para a outra metade, o governo está “focalizando” a ajuda, afirmou:

— Já está no Orçamento o retorno ao Bolsa Família de um grupo. O outro grupo, que é dos invisíveis, nós estamos agora focalizando a ajuda. É possível, desde que seja dentro de um novo marco fiscal, robusto o suficiente para enfrentar eventuais desequilíbrios.

O ministro disse ser possível atender a “algumas coisas”, desde que o Congresso segure gastos:

— Podemos atender algumas coisas travando outras.

Esse é o objetivo da nossa conversa. De manter a garantia da estabilidade fiscal.

Sem responder a perguntas de jornalistas, Guedes ressaltou diversas vezes a necessidade de equilibrar as contas públicas:

— A pandemia nos atacando de novo, nós temos o protocolo e vamos seguir o protocolo. Se o Congresso aciona o estado de emergência ou de calamidade pública, temos condições de reagir à crise. É muito importante que seja num quadro de recuperação das finanças — disse.

#### SEM PROTAGONISMO

Mais cedo, Pacheco havia se reunido com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Eles definiram um cronograma para a tramitação da reforma tributária no qual preveem a aprovação definitiva do texto entre agosto e outubro deste ano. Após reunião realizada na manhã de ontem, os chefes do Legislativo acertaram que o relatório da comissão mista, em elaboração pelo deputado

Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), também presente no encontro, deve ser apresentado e apreciado até o fim de fevereiro no colegiado. Foi depois dessa reunião que Lira e Pacheco se encontraram com Guedes, que se disse “esperançoso” com o avanço da agenda de reformas.

— Estou parabenizando o presidente da Câmara, o deputado Arthur Lira. Foi uma vitória expressiva, importante, que nos deixa esperançosos e confiantes na retomada da agenda de reformas — disse Guedes, após receber o deputado.

Em conversa com jornalistas, Pacheco disse que a reforma tributária é “complexa” e tem que ser “muito assertiva para não prejudicar setores e estados”. Ele ponderou que o mérito da reforma não foi abordado no encontro de ontem, apenas o rito. O presidente do Senado também afirmou que ainda será preciso estabelecer em qual Casa a proposta começará a tramitar após passar pela comissão mista:

— É um amadurecimento



Definição. Pacheco disse que ainda será preciso estabelecer em qual Casa a reforma tributária começará a tramitar

que nós vamos fazer no decorrer de fevereiro, juntamente com o presidente Arthur Lira, e temos uma previsão de que em de seis a oito meses nós possamos ter concluído a reforma tributária no Congresso Nacional, tanto no âmbito do Senado, quanto no âmbito da Câmara dos Deputados.

Lira disse, na sequência, que a origem da tramitação é um “detalhe desimportante” e que sua única preocupação é entregar as reformas:

— Não vai haver briga por protagonismo entre Câmara e Senado com relação a essas reformas. Elas (reformas) têm que andar, constitucionalmente, nas duas Casas, e pouco importará se começará em uma ou se findará em outra.

O presidente da Câmara também disse que a reforma administrativa será tratada

“com rapidez” na Casa, enquanto o Senado ficará encarregado de conduzir a proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial. O intuito, afirmou, é que as matérias possam “andar muito rapidamente” nas duas Casas.

#### ANTECIPAÇÃO DO 13º

Durante a reunião, eles definiram ainda que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) — responsável por analisar a proposta de lei orçamentária — deve ser instalada na próxima terça-feira, mas a data ainda depende de um entendimento com os líderes. Algumas horas depois do encontro, em rede social, Lira garantiu a instalação na próxima semana: “Iremos instalar a CMO na próxima terça-feira. Precisamos aprovar urgentemen-

te o Orçamento. O Brasil precisa do Orçamento para combater a pandemia.”

No encontro à noite, Guedes disse que a vitória de Lira na disputa pela presidência da Câmara deixa o governo “esperançoso e confiante” com a agenda de reformas. O ministro também confirmou a antecipação do 13º de beneficiários do INSS:

— Se a pandemia nos ameaçar, nós sabemos como reagir. E vamos retomar as reformas ao mesmo tempo, pois saúde e economia andam juntas.

Já Lira disse que a autonomia do Banco Central será votada na próxima semana:

— A sequência de matérias será o Pacto Federativo, os fundos e a PEC Emergencial, no Senado. E, na Câmara, a reforma administrativa.

**ANTT** AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

**PÁTRIA AMADA BRASIL** GOVERNO FEDERAL

### AVISO DE PRORROGAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 10/2020

A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em conformidade com o disposto no art. 96 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o disposto na Resolução nº 5.624, de 21 de dezembro de 2017, comunica que foi prorrogado, por 15 (quinze) dias, o período de contribuições do referido Processo de Participação e Controle Social, conforme indicado abaixo.

O período para envio das contribuições será das 9 horas (horário de Brasília) do dia 14 de dezembro de 2020 até as 18 horas (horário de Brasília) do dia 12 de fevereiro de 2021, por meio do Sistema de Participação Pública da ANTT - ParticipANTT.

A referida Audiência tem por objetivo colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da proposta de Resolução que regulamenta a destinação dos Recursos para Desenvolvimento Tecnológico - RDT e dos Recursos para Preservação da Memória Ferroviária - RPFM no âmbito das concessões e subconcessões ferroviárias.

Informações específicas sobre a matéria, bem como orientações acerca dos procedimentos relacionados à participação na Audiência Pública estão disponíveis, na íntegra, no site eletrônico <https://portal.antt.gov.br/web/quest/participacao-social> - Audiência Pública nº 010/2020. Informações e esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos também pelo e-mail [ap010.2020@antt.gov.br](mailto:ap010.2020@antt.gov.br).

**JEAN MAFRA DOS REIS**  
Superintendente de Transporte Ferroviário - Substituto

**ANTT** AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

**PÁTRIA AMADA BRASIL** GOVERNO FEDERAL

### AVISO DE PRORROGAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 9/2020

A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em conformidade com o disposto no art. 96 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o disposto na Resolução nº 5.624, de 21 de dezembro de 2017, comunica que foi prorrogado, por 15 (quinze) dias, o período de contribuições do referido Processo de Participação e Controle Social, conforme indicado abaixo.

O período para envio das contribuições será das 8 horas (horário de Brasília) do dia 15 de dezembro de 2020 até as 18 horas (horário de Brasília) do dia 13 de fevereiro de 2021, por meio do Sistema de Participação Pública da ANTT - ParticipANTT.

A referida Audiência tem por objetivo colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da proposta de Resolução que regulamenta a reversibilidade de bens no âmbito das concessões e subconcessões ferroviárias. Informações específicas sobre a matéria, bem como orientações acerca dos procedimentos relacionados à participação na Audiência Pública estão disponíveis, na íntegra, no site eletrônico <https://portal.antt.gov.br/web/quest/participacao-social> - Audiência Pública nº 009/2020. Informações e esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos também pelo e-mail [ap009.2020@antt.gov.br](mailto:ap009.2020@antt.gov.br).

**JEAN MAFRA DOS REIS**  
Superintendente de Transporte Ferroviário - Substituto

[classificadosorio.com.br](http://classificadosorio.com.br)  
21 2534-4333

**CLASSIFICADOS O GLOBO**  
**EXTRA**

**ANS** Agência Nacional de Saúde Suplementar

**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

**PÁTRIA AMADA BRASIL** GOVERNO FEDERAL

### AVISO DE PREGÃO Nº 01/2021

OBJETO: Contratação da subscrição de licenças de uso de softwares Microsoft e Suporte Técnico Premier na modalidade Microsoft Enterprise Agreement Subscription for Government, para atender ao ambiente computacional da Agência Nacional de Saúde - ANS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. A sessão pública realizar-se-á no dia 19/02/2021, às 10:00h no site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

A íntegra do Edital estará disponível a partir do dia 05/02/2021, no horário de 08:00h às 12:00h e de 13:00h às 17:00h na Av. Augusto Severo nº 84, 7º andar, Glória - Rio de Janeiro - RJ. Cep: 20.021-040, bem como nos sites [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e [www.ans.gov.br](http://www.ans.gov.br).

**Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2021**  
**Washington Pereira da Cunha**  
Gerente Geral de Administração e Finanças

**SAI DESSE SITE QUE NÃO TE PERTENCE.**

Oferta velha não resolve nada. Imóveis, veículos, empregos e muito mais no Classificados do Rio. Só ofertas atuais com fotos e navegação inteligente.

Anuncie [classificadosorio.com.br](http://classificadosorio.com.br)  
21 2534-4333

**CLASSIFICADOS O GLOBO**  
**EXTRA**